



AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: REALIDADES, DESAFIOS E CARACTERÍSTICAS

ÍTALO ALVES DOURADO DE SOUZA; ALINEAUREA FLORENTINO SILVA;
EDONILCE DA ROCHA BARROS; BRUNO DOURADO FERNANDES DA COSTA

RESUMO

Baseando-se nos dados do Censo Agropecuário de 2006 e diversas fontes acadêmicas, a pesquisa examina a diversidade produtiva, a contribuição para a segurança alimentar, os desafios enfrentados pelos agricultores familiares e o impacto das políticas públicas. O estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre a agricultura familiar, suas características, desafios e a importância das políticas públicas para seu fortalecimento. A literatura existente destaca a relevância do setor para a economia rural e segurança alimentar, mas também aponta lacunas significativas, como o acesso limitado ao crédito, assistência técnica inadequada e dificuldades de comercialização, que comprometem a capacidade dos agricultores familiares de expandir suas atividades e melhorar sua produtividade. Os objetivos do estudo incluem descrever a distribuição e a importância econômica da agricultura familiar, identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares, analisar a eficácia das políticas públicas existentes, como o PRONAF, e propor recomendações para o fortalecimento e sustentabilidade do setor. A análise detalhada das políticas públicas é fundamental, pois essas políticas são projetadas para fornecer apoio financeiro, técnico e educacional aos agricultores familiares. O estudo conclui que a agricultura familiar é essencial para a sustentabilidade econômica, social e ambiental do meio rural brasileiro. Os agricultores familiares produzem uma quantidade significativa dos alimentos consumidos no Brasil e desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade agrícola e na manutenção das tradições culturais rurais. Políticas públicas como o PRONAF são vitais, mas ainda necessitam de aprimoramento para garantir a sustentabilidade e prosperidade das pequenas unidades produtivas. A diversificação da produção e a valorização das práticas agroecológicas são estratégias promissoras para promover a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental. A diversificação permite que os agricultores familiares sejam menos vulneráveis a flutuações de mercado e condições climáticas adversas, enquanto as práticas agroecológicas ajudam a preservar os recursos naturais. Além disso, fortalecer cadeias de valor locais e regionais e incluir práticas de valor agregado pode melhorar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, aumentando a renda dos agricultores e contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

Palavras-chave: Políticas públicas, sustentabilidade, segurança alimentar, censo agropecuário, agricultor familiar.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem desempenhado um papel crucial na produção de alimentos e no desenvolvimento rural, particularmente em países como o Brasil, onde representa uma significativa parcela dos estabelecimentos rurais. De acordo com o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006 e publicado em 2009, os agricultores familiares são responsáveis por fornecer uma porção substancial dos alimentos consumidos pela população brasileira. Este

setor é caracterizado pela diversidade de suas formas de ocupação do espaço rural e pela riqueza de suas tradições culturais, variando conforme a localidade. Conforme descrito por Wanderley (2009), a agricultura familiar abrange diversos grupos sociais, como assentados de projetos de reforma agrária, trabalhadores assalariados, povos da floresta, comunidades indígenas e quilombolas, entre outros.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre a agricultura familiar, suas características e desafios, e a importância das políticas públicas para seu fortalecimento. A literatura existente, incluindo estudos de Wanderley (2000, 2009), Carmo (2008), Hadich (2013), Carvalho (2007), Ribeiro (2009), Cazella, Bonnal e Maluf (2009), evidencia a relevância deste setor para a economia rural e a segurança alimentar, mas também aponta diversas lacunas, como o acesso limitado ao crédito, a assistência técnica inadequada e as dificuldades de comercialização. Identificar e compreender essas lacunas são essenciais para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e inclusivas que possam promover a sustentabilidade e a resiliência da agricultura familiar.

Este estudo tem como objetivo explorar a realidade e as características da agricultura familiar no Brasil, analisando dados do Censo Agropecuário de 2006 e revisando criticamente a literatura pertinente. Especificamente, busca-se: Descrever a distribuição e a importância econômica da agricultura familiar no Brasil. Identificar os principais desafios enfrentados pelos agricultores familiares. Analisar a eficácia das políticas públicas existentes, como o PRONAF, no apoio à agricultura familiar. Propor recomendações para o fortalecimento e a sustentabilidade deste setor.

O alcance deste estudo é abrangente, pois pretende não apenas delinear a situação atual da agricultura familiar, mas também oferecer insights práticos e teóricos que possam contribuir para o avanço do conhecimento e a formulação de políticas públicas mais eficientes.

Por fim este estudo busca fornecer uma análise detalhada e crítica da agricultura familiar no Brasil, oferecendo uma base sólida para futuras pesquisas e intervenções políticas que possam melhorar as condições de vida e de trabalho dos agricultores familiares.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia deste estudo detalha os procedimentos empregados, incluindo tipo de estudo, seleção da amostra, métodos de coleta e análise de dados, considerações éticas e limitações. O estudo é descritivo e exploratório, com abordagens quantitativa e qualitativa. A amostra baseia-se no Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, abrangendo 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, representando 84,4% dos estabelecimentos rurais no Brasil.

A coleta de dados envolveu a análise documental dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e uma revisão crítica da literatura. Os dados quantitativos foram analisados com estatísticas descritivas, utilizando medidas de frequência, porcentagens e gráficos para ilustrar a distribuição e a importância econômica dos agricultores familiares. A análise qualitativa utilizou a técnica de análise de conteúdo para identificar desafios enfrentados pela agricultura familiar e avaliar a eficácia das políticas públicas, como o PRONAF.

As considerações éticas foram respeitadas, garantindo a confidencialidade e a anonimização dos dados pessoais, já que os dados utilizados são de domínio público e coletados pelo IBGE. Entre as limitações, destaca-se o uso de dados secundários, que pode restringir a atualização e abrangência das informações. A análise qualitativa baseada na literatura pode não captar nuances contextuais específicas.

A metodologia deste estudo oferece uma base sólida para interpretar os dados e generalizar os achados, proporcionando insights relevantes sobre a agricultura familiar no Brasil e contribuindo para a formulação de políticas públicas eficazes e inclusivas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante toda a história da humanidade, coube aos camponeses o papel da produção de alimentos. Ainda hoje, segundo o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006 publicado em 2009, são os agricultores familiares os responsáveis por fornecer alimentos à população brasileira. Observa-se que a população que vive nas áreas rurais brasileiras é muito diversificada; suas formas de ocupação do espaço, as tradições acumuladas e as identidades afirmadas variam muito conforme sua localidade. Conforme descreve Wanderley (2009, p. 40), as mesmas que fazem do meio rural seu lugar de vida são:

“os assentados dos projetos de reforma agrária; trabalhadores assalariados que permanecem residindo no campo; povos da floresta, dentre os quais, agroextrativistas, caboclos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, açazeiros; seringueiros, as comunidades de fundo de pasto, geraiseiros; trabalhadores dos rios e mares, como os caiçaras, pescadores artesanais; e ainda comunidades indígenas e quilombolas.”

A mesma autora afirma que, apesar das particularidades, lutam pelo reconhecimento de suas identidades e seus direitos, existindo um traço de união entre as categorias, sendo grupos sociais que se constituem em função da referência ao patrimônio familiar e ao pertencimento à comunidade rural. Segundo o Censo Agropecuário 2006, foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais. Este contingente de agricultores familiares ocupa uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Estes resultados mostram uma estrutura agrária concentrada no país: os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área. O censo informa ainda que, em termos relativos, a participação dos produtos agroalimentares nas importações caiu de 12,5% do total importado no país em 1995 para 4,9% em 2006, concluindo-se que sem o valor de produção gerado pela agricultura familiar, o saldo positivo da balança comercial agropecuária seria menor.

São ainda responsáveis por significativa geração de postos de trabalho no país. Ainda utilizando os dados do Censo 2006, havia 13.048.855 pessoas ocupadas no campo, com 78,8% do total de trabalhadores na agricultura familiar. A agricultura familiar foi capaz de reter proporcionalmente um maior número de ocupações que a agricultura não familiar. Observa-se que, mesmo possuindo pouca terra e capital, os agricultores de base familiar desempenham um importante papel social no conjunto do trabalho relacionado à agricultura.

Podemos considerar, baseando-se na história da sociedade, assim como em Carmo (2008), que a agricultura familiar possui sua lógica produtiva e reprodutiva que relaciona o equilíbrio das necessidades da família com as possibilidades da unidade de produção; a terra e o trabalho intimamente associados à gestão do negócio familiar. A produção se apresenta como o resultado da atividade inseparável, indivisível e única da família, e por isso esta recebe como fruto do seu trabalho uma quantidade de bens que não podem ser considerados lucro, renda ou juro sobre o capital. Não existe pagamento de salários - o que a diferencia da produção baseada no trabalho assalariado e na valorização do capital - podendo ser conceituada como aquela forma de produção em que ao mesmo tempo em que o produtor é proprietário dos meios de produção, é também o trabalhador no estabelecimento produtivo, podendo ser considerado o sistema de exploração familiar tanto uma unidade de produção quanto uma unidade social.

Ainda segundo a mesma autora, a unidade de produção familiar apresenta um funcionamento que lhe é peculiar, sendo a composição familiar determinante dos limites do volume total das atividades, numa articulação conjunta entre o sistema de produção e o grupo familiar. Enfatiza que a organização familiar atua em três direções, não dissociadas - produção, consumo e acumulação de patrimônio, procurando o balanceamento entre elas em função da evolução do conjunto doméstico. Se torna importante observar que os agricultores familiares não otimizam seus negócios como uma empresa, mas os adaptam às necessidades familiares no

intuito de assegurar um nível de vida estável para o conjunto da família.

Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, através do próprio trabalho, mas de reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória, etc. (WANDERLEY, 2004, p. 45).

Observamos hoje o contraste existente entre áreas ocupadas por agricultores familiares e pelo agronegócio. A agricultura familiar é a que dá vida às áreas rurais, criando espaços comunitários e de vizinhança. Imprime um dinamismo local proporcional à dimensão e complexidade de sua comunidade, ao contrário daquelas compostas por grandes propriedades extensivas, que esvaziam o campo de sua população (WANDERLEY, 2000). A agricultura familiar assume um importante papel na preservação do patrimônio natural, na adequação dos processos produtivos e na equidade das relações de trabalho. Em sua grande diversidade, acumularam em sua história experiências importantes com o trato da terra e da água, sendo capazes de se organizar e de expressar seus pontos de vista (WANDERLEY, 2009).

Conforme afirma Hadich (2013), é próprio da agricultura familiar o cultivo e manutenção da agrobiodiversidade; são as pequenas propriedades responsáveis pelo alto índice de diversificação de espécies, tendo uma relação direta com a satisfação das necessidades básicas das famílias. A intensificação da agrobiodiversidade em relação aos cultivos, criação animal e árvores como parte dos sistemas agrícolas integrados e multifuncionais contribuem para a promoção da segurança alimentar. A diversidade produtiva se reflete na ampliação das possibilidades alimentares e nutricionais das famílias.

A autora ainda afirma que, na medida em que as famílias definem o que e como vão produzir em seus agroecossistemas, é respeitada a capacidade de autodeterminação do campesinato, do processo de produção e reprodução da vida e do fortalecimento da soberania alimentar dos povos. O lado econômico da cultura camponesa segue assim sob duas vertentes: a existencial e a da geração de renda, sendo próprio da cultura e da economia camponesa produzir e reproduzir sua existência, empregando parte de sua força de trabalho (a mão de obra da família) no trabalho produtivo dos alimentos. Os alimentos são então destinados não somente à comercialização, mas também ao consumo da própria família e neste sentido a cultura camponesa destaca-se pelo diferencial da sua autonomia produtiva.

Os estudos sobre desenvolvimento local frequentemente se concentram nos fluxos econômicos formais. No entanto, a economia informal é um importante fator de sobrevivência, principalmente para as classes de renda mais baixa da população brasileira. Os alimentos produzidos na própria propriedade significam uma redução importante nos gastos com alimentação, a produção de alimentos em casa torna a pequena renda das pessoas disponível para outras despesas e ainda garante um melhor acesso à comida (SINGER, 2002).

Têm-se como exemplo desta economia informal as experiências desenvolvidas nos quintais. Segundo Amorozo (2002), “o quintal se refere ao espaço do terreno situado ao redor da casa regularmente manejado, onde são cultivadas plantas e também são criados animais domésticos de pequeno porte.” Uma alta diversidade de espécies é cultivada, com múltiplas finalidades de uso artesanal, ornamental, paisagístico, uso alimentar e medicinal, além de proporcionar melhoria do microclima.

Partindo para o enfoque na economia nacional, observam-se particularidades da ação do estado como ator social presente no mundo rural. Por meio de políticas públicas, o mesmo interfere diretamente nos processos de distribuição dos recursos produtivos e dos bens sociais aos demais atores rurais. Essa atuação possui concepções igualmente distintas de desenvolvimento rural, possuindo relações predominantes no interior do próprio Estado (WANDERLEY, 2009).

Para a atuação do estado foi feita inicialmente uma quantificação dos agricultores familiares, separando-os dos produtores qualificados como patronais. Foram estabelecidas estas concepções para operacionalizar políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), implementado pelo governo federal em 1995. Para isso foram construídas tipologias de agricultores, capazes de instrumentalizar a aplicação de políticas públicas adaptadas às necessidades peculiares de cada tipo. Em julho de 2006, o governo federal estabeleceu as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em que considera no seu artigo terceiro:

"Agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I- não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II- utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III- tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV- dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família" (BRASIL, 2006).

A partir da constatação que existia um déficit de produção alimentar no Brasil, foi criado o Programa Nacional de Segurança Familiar - Pronaf Segurança Alimentar – que se constitui em uma política governamental de estímulo à produção de alimentos básicos como feijão, milho, trigo, mandioca e leite. Segundo Weid (2004), no entendimento de seus formuladores, o governo seria incapaz de garantir o acesso aos alimentos básicos pelo público credenciado no Programa Fome Zero, sem que a produção alimentar no país fosse incrementada.

Mais recentemente, uma das mais importantes inovações nas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) apresentada no Plano de Safra da Agricultura Familiar tem sido o Pronaf Agroecologia. Essa linha incentiva os projetos de produção agroecológica ou de transição rumo a uma agricultura sustentável. O governo propôs estimular o adequado manejo dos recursos naturais, agregando renda e qualidade de vida aos agricultores familiares (MDA, 2003).

Contudo, se torna importante relevar que as alterações advindas da industrialização da economia no contexto da expansão dos processos capitalistas de produção atingiram também o campo, transformando o modo de vida das populações rurais. Segundo Carmo (2008), os impactos nas culturas tradicionais as obrigam a se ajustar e conviver com situações ameaçadoras à sua estabilidade e permanência, sobrevivendo com relativa autonomia para não desaparecer.

A grande maioria dos camponeses vem adotando o jeito de ser e de fazer induzido pelas empresas capitalistas, muitos acabam por depender das políticas públicas compensatórias ou abandonam a terra. Isto em virtude da impossibilidade efetiva de nela permanecerem como produtores em face das complexas combinações de fatores que se articulam em decorrência das situações diversas de contextualização econômica, social e histórica. Limitam-se exclusivamente à produção para o autoconsumo, sendo que a tendência vem sendo a ampliação do êxodo rural dos camponeses, seja pela crescente pobreza ou porque tenderão a se subordinarem ao agronegócio através de associações pelos contratos de produção, cessão de terras para arrendamento ou perda da terra por endividamento (CARVALHO, 2007).

Problemas de comercialização, acessos às políticas públicas, a terra, consumo, produção, pragas e secas, “arrendos” elevados e grilagem, fazendeiros agressivos e os comerciantes atravessadores fazem parte do cotidiano de agricultores familiares. As opções dos mesmos estão sujeitas a determinadas possibilidades que quase sempre lhes são impostas, cabendo escolher entre certos mercados, técnicas e até demandas de autoconsumo que são pré-definidas pelo contexto que os prendem à terra e, até mesmo, à condição de agricultores (RIBEIRO, 2009).

Existem ainda problemas relacionados com as restrições de créditos à agricultura

familiar, uma precariedade da assistência técnica adequada à realidade da pequena propriedade e ainda um grande entrave no processo de comercialização que contribui para a instabilidade de empreendimentos de natureza solidária ou de associações informais montadas diante da possibilidade de uma oportunidade de negócios (JUNIOR; PESSANHA, 2011).

Cazella; Bonnal; Maluf (2009) enfatizam que a agricultura familiar continua a desempenhar papel central na reprodução econômica e social das famílias rurais no Brasil, mesmo que para um bom número delas sua contribuição menos importante é a renda monetária obtida. O fato é que a produção voltada para o autoconsumo num contexto de crise da produção familiar mercantil e do desemprego urbano e rural se torna um fator de grande importância. Carmo (2008) ainda nos lembra que, mesmo possuindo pouca terra e capital e, em condições precárias e adversas, os agricultores de base familiar têm demonstrado capacidade de colaborar com o fortalecimento dos mercados regionais e nacional, produzindo e fazendo circular a riqueza e desempenhando importante papel social na ocupação do maior contingente de pessoas trabalhando na agricultura.

4 CONCLUSÃO

A agricultura familiar no Brasil desempenha um papel fundamental na sustentação econômica, social e ambiental do meio rural. Este artigo evidenciou que, apesar dos desafios significativos, os agricultores familiares continuam a ser os principais responsáveis pela produção de alimentos básicos, a geração de empregos no campo e a manutenção da agrobiodiversidade.

A análise dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e de diversas fontes acadêmicas demonstra que a agricultura familiar é predominantemente caracterizada pela gestão e trabalho familiar, ocupando uma parcela significativa dos estabelecimentos rurais, mas com acesso limitado à terra em comparação ao agronegócio. Essa disparidade ressalta a necessidade de políticas públicas mais eficazes e inclusivas para fortalecer este setor.

Os programas governamentais, como o PRONAF, têm desempenhado um papel vital no apoio à agricultura familiar, mas ainda há muito a ser feito para garantir a estabilidade e a sustentabilidade dessas pequenas unidades produtivas. A diversificação da produção e a valorização das práticas agroecológicas emergem como estratégias promissoras para promover a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

Os agricultores familiares enfrentam inúmeros obstáculos, como o acesso limitado ao crédito, assistência técnica inadequada e dificuldades de comercialização. No entanto, sua capacidade de adaptação e resiliência tem permitido que continuem contribuindo significativamente para a economia rural e a segurança alimentar do país.

Em suma, a agricultura familiar é mais do que um modelo produtivo; é uma forma de vida que integra produção e reprodução social. Seu fortalecimento requer uma abordagem integrada que reconheça e valorize suas contribuições multifacetadas, promovendo um desenvolvimento rural mais justo, inclusivo e sustentável. As políticas públicas devem ser continuamente aprimoradas para assegurar que os agricultores familiares possam prosperar e continuar desempenhando seu papel vital na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AMOROZO, Maria Cristina de Matos. **Uso e diversidade de plantas medicinais em comunidades quilombolas de Araraquara, SP.** *Acta Botanica Brasilica*, v. 16, n. 2, p. 225-239, 2002.

Rurais. **Decreto n. 6.171, de 24 de julho de 2007.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jul. 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6171.htm>.

CARVALHO, Carlos Eduardo. **Reforma agrária e políticas públicas no Brasil: uma análise crítica.** _Revista de Economia e Sociologia Rural_, v. 45, n. 1, p. 129-156, 2007.

CAZELLA, Ademir Alberto; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato Sérgio. **Desenvolvimento territorial e agricultura familiar: avanços, impasses e desafios.** _Agrária_, São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HADICH, M. R. **Agrobiodiversidade e segurança alimentar: a contribuição da agricultura familiar.** _Revista de Economia e Sociologia Rural_, v. 51, n. 3, p. 387-402, 2013.

JUNIOR, Wilson da Silva; PESSANHA, Jeová de Carvalho. **Agricultura familiar e políticas públicas: desafios e perspectivas.** _Revista de Administração Pública_, v. 45, n. 3, p. 529-554, 2011.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF Agroecologia: Incentivo à Produção Sustentável.** Brasília: MDA, 2003. Disponível em:
<<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-pronaf>>.

SINGER, Paul. **Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A questão agrária e a preservação do meio ambiente.** _Revista NERA_, Presidente Prudente, n. 14, p. 9-24, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** 3^a ed. Rio de Janeiro: FASE, 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: desafios para a política pública.** _Revista Econômica do Nordeste_, v. 40, n. 1, p. 7-24, 2009.

WEID, José Emílio. **Segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas em questão.** _Estudos Sociedade e Agricultura_, v. 12, n. 2, p. 198-215, 2004.